

Câmara Municipal de Itaúna/MG

PROTOCOLO

Nº 3058

Data: 29/04/2022

Horário: 10:06

EXM.º PLENÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DE ITAÚNA

Secretaria Legislativa

Na forma do **Parágrafo Único do Art. 40-RIC**, em tempo hábil (3 dias após a publicação), e com apoio dos vereadores signatários, vem respeitosamente, à presença de V. Ex.ªs, para apresentar **RECURSO REGIMENTAL** em face da deliberação da CCJ, que adotou o r. Parecer Legislativo n.º 34/22, que concluiu pela inconstitucionalidade da proposição de minha autoria, PLC n.º 22/2022 que altera a LC 179/2022, justamente para impedir a municipalidade de reduzir vencimentos de servidores com violação constitucional.

Inclitos membros do Plenário, entende este Edil que o PLC n.º 22/2022, merece ser apreciado com novo parecer exarado por vereador que se disponha a fazê-lo, ou na sua falta que possa ser apreciado por este Órgão Máximo dessa Casa de Leis sem parecer, tal como determinado no **Parágrafo Único do Art. 40-RIC**.

Conforme admitido no r. Parecer Jurídico da Ilm.ª Procuradoria, o qual foi adotado pela CCJ, seu teor se trata de uma opinião jurídica. Aliás, é louvável o reconhecimento, pois a análise social, econômica, jurídica, política da proposição é de responsabilidade coletiva dos vereadores eleitos pelo povo justamente para apreciar questões dessa magnitude.

Embora sem citar as partes do PLC n.º 22/2022, que ofenderiam a Constituição, o cerne da questão dispostas no r. Parecer é o vício formal de iniciativa, que estaria também ofendendo a harmonia e independência dos poderes. Entendeu-se que a matéria do PLC n.º 22/2022, seria de competência exclusiva do Prefeito, cuja conclusão genérica o Recorrente discorda.

Ocorre que, a matéria tratada no PLC n.º 22/2022, é exclusivamente sobre o reajuste do Piso vencimental nacional do magistério oriundo de leis nacionais. Obrigatório.

Ademais, registra que a decisão liminar do Mandado de Segurança de primeira Instância da Comarca de Itaúna, suspendeu os atos administrativos do Executivo cuja fundamentação judicial assim concluiu: "**Ora, a irredutibilidade dos vencimentos é garantia constitucional, conforme art. 37, inciso xv, in verbis:**

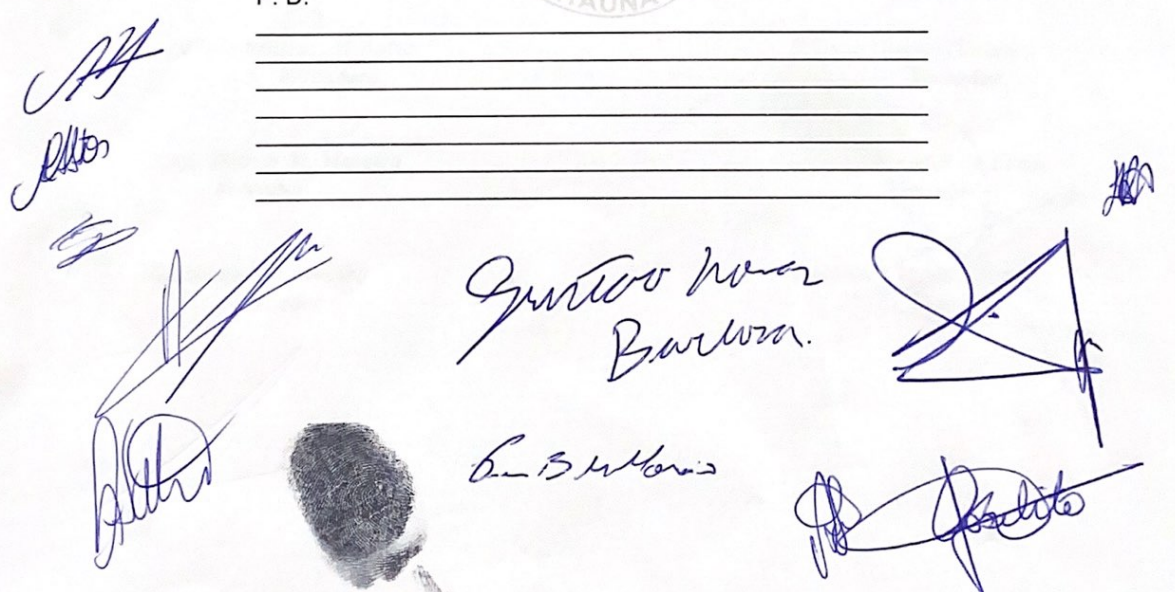
Tipificando a INCONSTITUCIONAL redução de vencimentos do pessoal do magistério, conforme pode se inferir do disposto no art. 37, XV, da CF/88;

Além da redução salarial, a Lei Complementar nº 179/2022 violou também o princípio da isonomia, tratando com distinção servidores públicos da mesma categoria profissional, quanto à aplicabilidade dos futuros reajustes anuais ou inflacionários, classificando os referidos Professores em outro escopo desconsiderando o conteúdo do Estatuto do Magistério, Lei 3023/95.

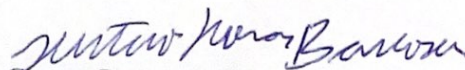
Assim, qualquer alteração proposta por esta Casa ou pelo Poder Executivo que destoe do objetivo definido nas normas federais, além de ilegal, também são inconstitucionais, motivo pelo qual a simetria da presente proposição com os ditames da CRFB, corrige interpretações caolhas na LC 179/2022, e evita exatamente que a municipalidade incorra em inconstitucionalidades prejudiciais aos servidores QUE NÃO PODEM TER SEUS VENCIMENTOS REDUZIDOS, a dignidade desta Casa e do povo itaunense por ela representado.

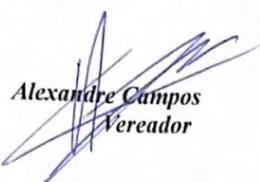
Ante o exposto, REQUER que este Órgão Máximo do Poder Legislativo itaunense receba e defira o presente recurso para que possa tramitar o PLC n.º 22/2022, e ao final para que sob o voto de cada um dos Edis se garanta a constitucionalidade nas relações laborais entre os servidores do magistério e a municipalidade.

P. D.



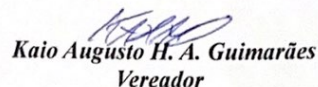
Itaúna 29 de Setembro de 2022



Gustavo Dornas Barbosa
Vereador


Alexandre Campos
Vereador


Josélio Gonçalves Moraes
Vereador

Ana Carolina Faria
Vereadora


Kaio Augusto H. A. Guimarães
Vereador


Antônio de Miranda Silva
Vereador


Márcia Cristina Silva
Vereadora


Antônio José de Faria Junior
Vereador

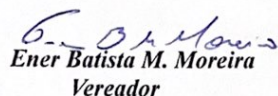

Leonardo Alves dos Santos
Vereador


Aristides R. Carvalho Jr.
Vereador


Nesvalcir Gonçalves Júnior
Vereador


Edênia Ribeiro Alcântara
Vereadora


Silvano Gomes Oinheiro
Vereador


Ener Batista M. Moreira
Vereador


Gleison Fernandes de Faria
Vereador

Giordane A. Carvalho
Vereador


Lacimar Cezário Da Silva
Vereador